



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 9 / 9 / 21

Com: UNANIMIDADE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2020
--- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas 20h40m, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

Ponto 2 - Desafetação de Parcela – Obriparts, Lda. 10/P/2020

Ponto 3 - Declaração de Interesse Público Municipal- Gepack 11/P/2020

Ponto 4 - Protocolo c/ Juntas de Freguesia – Veículo Ligeiro de Mercadorias 9/P/2020

Ponto 5 - Alterações ao Mapa de Pessoal 4/V-SV/2020

Ponto 6 - Proposta de alteração ao artigo 16.º do regimento da Assembleia Municipal de Azambuja, pela introdução das disposições previstas em Lei Orgânica n.º 01/2019 de 29 de março. 01/AM/2020

Ponto 7 - Proposta de alteração ao artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal de Azambuja pela introdução das disposições previstas em Lei Orgânica n.º 01/2019 de 29 de março. 02/AM/2020

Ponto 8 – Apresentação de Relatórios das Comissões ao abrigo do nº 3 do Artigo 70º do Regimento

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira.

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Jorge Lopes, António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, António Calixto Isidro, Carlos António Pereira Piriquito, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Manuel Maria Valadares Couceiro, Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge. Faltaram os Srs. Deputados António José Rodrigues da CDU não se fazendo representar e Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro do BE, por motivos de saúde, tendo justificado a sua ausência com a mensagem enviada ao Sr. Presidente da Mesa e que por ele foi lida aos restantes membros, por lhes ser também dirigida. *“Tenho tentado fazer da minha vida um compromisso com a cidadania. No dia 27 estarei porventura a quebrar por uma vez este compromisso, por razões imperiosas de saúde que não me permitem recuperar em tempo útil, encontro-me impossibilitado de comparecer na Assembleia Municipal. Na sua pessoa, como sempre, cumprimento todos os presentes, desejando quer ao executivo da Câmara, quer aos membros da AM uma boa noite de trabalho. Em relação ao futuro, eu e o meu partido, oportunamente tomaremos as decisões que considerarmos adequadas e as quais comunicaremos à Mesa da Assembleia Municipal.”*

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes.

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão dando a palavra ao público.

--- Interveio o Sr. Henrique Gonçalves, em representação da JSD Azambuja e também em nome de todos os Jovens de Azambuja. Disse reconhecer o esforço feito pela Câmara Municipal na luta contra o Aterro e a tentativa de o tirar de cá, se possível não renovando a Licença Ambiental em 2021, mas considerou hipocrisia a Câmara acusar outros partidos políticos de aproveitamento político, quando fora ela que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

possibilitara a instalação do Aterro. Perguntou, porquê apenas depois das manifestações sentidas por parte da população é que a Câmara decidira agir contra o Aterro e não antes, perguntou que medidas seriam implementadas e datas específicas para a sua implementação. Referiu que era difícil aos jovens do concelho arranjar trabalho qualificado e que agora lhes era pedido que vivessem num concelho que “cheira mal”, para ilustrar a expressão utilizada ofereceu ao Sr. Presidente da Câmara uma mola para tapar o nariz.

--- O Sr. Presidente referiu que de início e por se encontrar o processo do Aterro em tribunal e, portanto, em segredo de justiça, e ainda em investigação pela PJ, tinha resolvido não se pronunciar acerca do mesmo. Neste momento a posição da Câmara era estar ao lado da população no sentido de resolver uma situação prejudicial a todos. Informou da existência de um gabinete de advogados a trabalhar para a Câmara no sentido de apurarem da possibilidade do encerramento do Aterro ou no mínimo dos mínimos a não renovação da licença. Referiu a reunião tida na AR com os deputados do Partido Socialista, ligados ao Ambiente, onde deixaram bastante documentação, que na sequência da Ação de Sensibilização efetuada pelo BE na Junta de Freguesia e da qual o executivo participara, já tinha estabelecido contactos com o Grupo Parlamentar do Ps para reforçar o apoio que pudessem dar. Já tinha contactado duas Professoras da Faculdade de Engenharia da Universidade Nova no sentido de ser feito um estudo de impacto ambiental. Fora pedido à CCDR, IGAMAIT e APA os horários de funcionamento do Aterro, aliás na sequência de um desentendimento havido no fim de semana, e que a CCDR já respondera dizendo que o estabelecer do horário de funcionamento, não era da responsabilidade de nenhum destes organismos e sim da ACT, a quem já se dirigira. Tinham sido feitas análises à água e fora pedido que estas fossem efetuadas com mais regularidade.

--- Interveio a Sra. D. Mafalda Lopes referindo que devido à variedade de resíduos depositados no Aterro e conseqüente libertação de metano, a probabilidade de incêndio era elevada; como o Aterro se situava numa zona florestal e perto de uma zona urbana, no caso de um incêndio de grandes proporções, com libertação de fumos tóxicos o que estava a Câmara / Proteção Civil a fazer para impedir estas situações. -

--- Em resposta o Senhor Presidente disse estarem a fazer a revisão ao Plano Municipal de Emergência, e que em situação de necessidade, que esperava não ser necessário, a Proteção Civil estava em condições de evacuar a população de Azambuja.

--- Interveio o Sr. Gonçalo Ferreira, que enquanto Presidente da JS e freguês de Azambuja, disse já ter tido oportunidade de expressar o seu apoio ao grupo de cidadãos que encabeçavam o movimento contra o Aterro. Considerou, tal fora referido pelo Vereador David Mendes na última reunião de câmara que esta questão do Aterro se enquadrava numa questão mais global das políticas ambientais. Apresentou uma recomendação da Juventude Socialista “Melhor Ambiente, Mais Qualidade de Vida”, que entre outros aspetos chamava a atenção para a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Adaptação e Combate às Alterações Climáticas, necessidade de Certificação Energética em todos os edifícios municipais, que se fizesse a recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis, reciclando-os e transformando-os em composto agrícola e energia elétrica, para além da necessidade urgente de monitorização do ar em Azambuja e Aveiras de Cima. O Documento foi entregue ao Sr. Presidente da Mesa para que o fizesse chegar ao executivo Municipal.

--- O Sr. Presidente disse que iria pegar no documento e atentar às recomendações, contudo algumas delas já faziam parte do plano do executivo, como o processo de monitorização do ar no concelho.

--- o Sr. António Pires considerou, na sequência da anterior intervenção, que não era importante tecer considerações a longo prazo, quando daqui por uns dias poderia não haver condições para viver em Azambuja. Lembrou o pedido de informação se a área do Aterro era para 25 ou para 4,5 ha, a que lhe fora respondido pelo Sr. Presidente da Mesa ser para 25. Na sequência do que informou ter na sua posse uma carta dos organismos municipais que referia não haver prova específica na ata da Assembleia Municipal que fosse para 25 ha. Perguntou uma vez que o Ministro do Ambiente referira ser proibido a colocação de amianto nos Aterros de não perigosos que recebam biodegradáveis, o que é que a Assembleia Municipal pensava fazer para que o perigo público que considerava ser o Aterro não viesse a fazer mal a Azambuja, considerou que quando as análises à água apresentassem sinais de contaminação já teriam sido ingeridos muitos litros. Para finalizar reiterou as questões colocadas ao Sr. Presidente da Câmara à cerca de um mês, que apesar de ter tido dois atendimentos, ainda não obtivera resposta, “ouve ou não PIP. Houve ou não Parecer do Dr. Manuel Rodrigues e a carta de aceitação da revogação da utilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

pública para a Zubareia ou Agregados Ibéricos, porque é que não aparece nos processos” . Para finalizar perguntou o que é que se iria fazer para que Azambuja não fosse espoliada da qualidade de vida. -----

--- Em resposta o Sr. Presidente da Mesa, reiterou a resposta já anteriormente formulada que a informação que a Assembleia Municipal dispunha era que a propriedade tinha 25 ha e que o Aterro ocupava 4 ha. O Sr. Presidente da Câmara disse que as respostas estavam a ser elaboradas, que eram os serviços que as elaboravam e que tudo tinha o seu “*timing*”, havia outros assuntos a tratar que não as respostas ao Sr. pelo que deveria aguardar que lhe fossem dirigidas.-----

--- O Sr. Tiago Abecassis, mostrou preocupação com toda a problemática do Aterro, e, porque a informação que lhe chegava através da imprensa lhe parecia contraditória, solicitou esclarecimentos quanto à existência ou não de um estudo de avaliação ambiental para a zona do Aterro antes de este ser construído, se a zona onde este se encontra, bem como a sua propriedade em termos de PDM, continuava a ser considerada zona de proteção ambiental e de turismo da natureza, e se quando o estudo ambiental estivesse concluído se seria tornado público, a que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que na altura em que se procedera à instalação do Aterro, a Lei não exigia esse estudo, pelo que não havia sido feito, que apesar de se estar a proceder à alteração do PDM, considerava que não haveria alteração para a denominação da zona referida e que tinha agendada uma reunião com duas técnicas da Universidade Nova, que estavam a elaborar a avaliação ambiental e que quando estivesse concluído, tal como já fora anteriormente assumido pelo executivo, o tornaria público, por forma a que todos tivessem acesso à informação.-----

--- APROVAÇÃO DE ATAS.-----

--- As atas de 28/11/2019 e de 10 de janeiro de 2020, foram retiradas a pedido do Sr. Deputado António Nobre por não concordar com o teor da sua intervenção. -----

--- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS.-----

--- Interveio o Sr. Senhor Deputado António José Nobre para perguntar qual o ponto de situação do Reordenamento do Trânsito na R. do Condestável em Alcoentre, situação que se está a agravar e requer intervenção rápida, referiu o estado do piso responsabilidade da AdAz e o trânsito cada vez mais caótico. A propósito do Aterro lembrou que em 5 de maio de 2008, aquando da aprovação em Câmara do mesmo, o público não considerara importante a sua participação na discussão do assunto e não comparecera na referida reunião, o que lamentou, pois, poder-se-ia ter colocado ao lado de quem desde sempre fora contra a sua instalação. A CDU nesse dia antevira o que se perspetivara para o futuro, fez as respetivas críticas e votara contra, e a Assembleia Municipal aprovava- a. Considerou ser de registar a evolução que o PS demonstrava na análise desta matéria, com uma abordagem mais cuidadosa, ainda que o devesse ter feito há 12 anos. Referiu a importância de algum dos passos fundamentais que tinham permitido que a situação chegasse ao ponto atual.-----

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que já falara com o Sr. Presidente da Junta de Alcoentre e que na semana seguinte iniciar-se-ia o processo de colocação de sinalização, falara também com a AdAz no sentido de se iniciarem também as obras de recuperação da estrada.-----

--- O Sr. Deputado José Carlos Matos, considerou ser de esclarecer se se estava perante um aterro, ou uma lixeira, a que o Sr. Presidente esclareceu tratar-se de um aterro, que se usara a expressão lixeira alguma vez, fora puro erro linguístico.-----

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes considerando ser tempo de se fazer uma reflexão sobre o Aterro e perceber o que se passara, considerou positivo haver munícipes interessados no problema, lembrou que em 2008 os Deputados do CSU e PSD, tinham votado contra a Declaração de Interesse pública, tendo desde aí batendo-se pela revogação da decisão, e mais atualmente pelo seu encerramento. Recordou que em 2012 o então Presidente solicitou a suspensão do processo até que o executivo conseguisse avaliar do Interesse Público e que posteriormente o atual executivo o tivesse viabilizado. ----

--- Interveio o Senhor Deputado Manuel Couceiro para perguntar se já havia resposta da Delegada de Saúde acerca das perguntas colocadas pela Câmara acerca do Aterro, se havia preocupação constante com a qualidade da água, consequência da infiltração de resíduos do aterro. Para finalizar mostrou-se surpreendido, por à data da instalação do Aterro, não ser obrigatório a apresentação de estudo de impacto ambiental.-----

--- O Sr. Presidente informou que a questão colocada à Sra. Delegada de Saúde fora reencaminhada por ela, para a CCDR e IGAMAOT, e que ainda não tinha respostas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

---- O Sr. Deputado José Carlos Matos, considerou ser de esclarecer se se estava perante um aterro, ou uma lixeira, a que o Sr. Presidente esclareceu tratar-se de um aterro, que se usara a expressão lixeira alguma vez, fora puro erro linguístico. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Rogério Faria Jorge, para considerar que Azambuja, tinha outros problemas ambientais que não o Aterro, a vala do Ribeiro, no Valverde, e a vala do Esteiro, eram também focos de mau cheiro. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Lúcio Costa, considerou muito positivo que o público mostrasse interesse pelos problemas do concelho, considerou ser uma mais-valia que os jovens se se mostrassem interessados em participar na vida política. Lembrou que em 2008 era da competência da Câmara Municipal e que por força da alteração da Lei em 2009, essa competência era agora de outras entidades. Referiu que na data a instalação do Aterro, parecia ser a atitude mais correta para solucionar a lixeira que se instalara no espaço, fora com a melhor das intenções que o fizera, sendo que no momento o P.S. estava a tentar resolver a situação o mais rápido e da melhor forma possível. -----

--- Interveio a Sra. Deputada Inês Louro, enaltecendo a apresentação do Sr. Gonçalo Ferreira, e da recomendação que em nome da Juventude Socialista apresentara. Relativamente ao aterro considerou que queixas acerca de "mau cheiro", não resolviam a questão, lembrou que era o Partido Socialista que no momento pressionava todas as entidades responsáveis para apurar a responsabilidade do que era colocado no aterro. Considerou que não era com acusações de como se tinha atuado no passado que se resolvia o problema atual, mas sim com uma união de esforços, porque todos seriam poucos para esta luta de Azambuja, referiu que cada vez que houvesse suspeita de ilegalidades o Partido Socialista, estaria atento, tal como se verificara na sábado anterior. -----

----- ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL --

--- Interveio a Sra. Deputada Natália Peres para perguntar como corra o intercâmbio cultural do projeto Bemore, situação que lhe interessava enquanto membro da Comissão de Cultura e Educação, ao que o Sr. Presidente respondeu que corra tudo muito bem estava prevista uma nova visita a Itália que fora cancelada, ficando adiada para quando terminasse o problema da pandemia. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Rogério Faria congratulando-se pela atividade da UTICA, considerou que os investimentos feito com a iniciativa eram muito bem empregues. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Manuel Couceiro para perguntar pelo mapa de arranjos de estradas no concelho, quando é que se previa a iniciação da recuperação da zona ribeirinha da vala do Esteiro e para quando a limpeza da vala junto à R. dos Mosteiros. -----

--- Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que nesse dia enviado ao executivo um mapa atualizado, fá-lo-ia chegar ao Sr. Presidente da Assembleia para que o enviasse aos Srs. Deputados Municipais, a valorização da vala do esteiro ia ser lançado o concurso, pois já estava resolvido o problema das lamas. Relativamente à vala já havia um levantamento das linhas de esgotos de pecuárias e outros que para lá desaguavam e ir-se-ia no mais breve possível iniciar a sua limpeza. -----

--- O Senhor Deputado José Carlos Matos, reiterou o pedido de que a documentação aprovada em Câmara fosse facultada aos Deputados Municipais, ou pelo menos aos líderes de bancada. -----

--- O Sr. Presidente da Mesa, referiu que no site da Câmara era colocada toda a documentação aprovada nas reuniões. -----

---- Discutido o assunto, nada foi deliberado. -----

--- PONTO 2 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA – OBRIPARTS, LD^a.

10/P/2020

--- Interveio o Sr. Deputado José Carlos Matos, agradeceu o cuidado demonstrado com a apresentação dos mapas impressos a cores, para melhor compreensão da área em questão. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre para perguntar que implicações tinha a desafetação para o Cemitério de Tagarro, a que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que para o cemitério não havia para já implicação direta, mas que permitiria maior acesso e melhor acesso até para estacionamento. No momento não era necessária a ampliação do cemitério, mas quando o fosse o problema ficaria resolvido, pois o terreno em questão ficava mesmo encostado ao muro do cemitério. O Sr. Arquiteto Paulo Natário A pedido do Sr. Presidente informou que a área a ceder compreendia a permuta entre caminhos públicos já não utilizados e áreas de cedência, umas já legalizadas outras ainda não. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes, para perguntar se o terreno em questão ficaria para a Câmara ou era para ser cedido à Junta de Freguesia, e caso assim fosse qual a calendarização prevista pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Junta para iniciar os trabalhos. -----

--- O Sr. Presidente da Junta de Alcoentre, considerou que a questão apresentada, deveria ser colocada numa reunião de Assembleia de Freguesia. Contudo considerou que a Proposta não especificava para que serviriam os 1040 m nela indicados. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara, disse que teriam de ser processos diferentes, o primeiro passo, o que se estava a fazer, realizar a escritura de propriedade para a Câmara e por fim um Protocolo de cedência à Junta de Freguesia. -----

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 10/P/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- PONTO 3 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

P 11/P/2020

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre considerando que mais uma vez se votava o Interesse Público Municipal em consequência da não Revisão do PDM, o que considerou lamentável, lembrou que já tinha sido prometido a realização de uma reunião com os Deputados Municipais e os responsáveis pela elaboração da revisão e que até à data não se efetuara. Perguntou se o que é que a Câmara fizera em termos de fiscalização quanto à construção clandestina, considerou que apesar do interesse da empresa em legalizar, já cometera uma infração, ainda que percebesse que a empresa não poderia expandir-se não por sua culpa e sim por o PDM não estar revisto. Informou que caso viesse à Assembleia uma Proposta de redução de taxas, votaria contra. -----

--- O Sr. Presidente concordou com o Sr. Deputado no concerne a que o PDM já deveria estar revisto, disse que estava marcada uma reunião na APA, mas que as empresas não tinham culpa de isso, pelo que se recorria ao que dentro da Lei pudesse resolver o assunto. O arquiteto Paulo Natário, a pedido do Sr. Presidente informou que estavam em causa duas situações, a legalização de obras já existentes e a ampliação das instalações. -----

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 11/P/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 20 votos a favor (14 do PS e 6 da CDU) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). -----

--- PONTO 4 – PROTOCOLO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA-VEÍCULO LIGEIRO DE MERCADORIAS

P 9/P/20

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 9/P/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- PONTO 5 – ALTERAÇÕES AO MAPA DE PESSOAL

P 4/V-SV/2020

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 4/V-SV/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- PONTO 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 16º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA, PELA INTRODUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS EM LEI ORGÂNICA Nº. 1/2019, DE 29 DE MARÇO

P 01/AM/2020

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 01/AM/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada maioria com 15 votos a favor (14 do PS e 1 do CDS) e 6 votos contra da CDU. O Grupo do PSD não votou. -----

--- PONTO 7 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 17º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA, PELA INTRODUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS EM LEI ORGÂNICA Nº. 1/2019, DE 29 DE MARÇO

P 02/AM/2020

--- O Sr. Deputado António Nobre referiu nada ter contra a paridade nos órgãos executivos ou deliberativos, contudo considerou não ver como é que a alteração imposta ajudasse na resolução dos assuntos apresentados na Assembleia Municipal, a propósito das substituições, considerou que com a alteração se estava a introduzir uma restrição à capacidade eleitoral passiva dos membros da Assembleia Municipal, que como direito que era, só poderia ser alterada por Lei, logo a norma em seu entender era anticonstitucional. Considerou ser de retirara as Propostas, reunir a Comissão Permanente, após o que se decidiria. -----

--- A Sra. Deputada Inês Louro, líder de bancada do PS, lembrou de ter havido no dia anterior uma reunião da Comissão Permanente, e o representante da CDU, nada referira acerca destas matérias. Disse que não ver nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade, que se tratava de transportar para o Regimento, uma alteração prevista em Lei. -----

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes, líder de bancada do PSD, disse ter dificuldade em entender a alteração da Lei, considerando que a paridade já era praticada, considerou que a alteração da Lei era “*um disparate*” e como tal era seu direito constitucional não os aprovar, pelo que não votaria a Proposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- O Deputado José Carlos Matos, considerou que era da Lei, ninguém se tinha pronunciado em reunião da Comissão Permanente seria de catar, colocando assim a alteração a votação. -----

--- O Sr. Deputado Manuel Couceiro, considerou que seria de retirar pois já se praticada a Lei da Paridade.

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 02/AM/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada maioria com 15 votos a favor (14 do PS e 1 do CDS) e 6 votos contra da CDU. O Grupo do PSD não votou. -----

--- **PONTO 8 – APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADE PELAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

--- Discutido o assunto, foi apresentado Relatório da Comissão de Cultura, Educação e Tempos Livres e da Comissão de Planeamento Urbanística, Ordenamento do Território e Ambiente. -----

--- Eram 23 horas e 30 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----